

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Míriam Santini de Abreu  
(MTb 8077/RS)

Tiragem: 800 exemplares

**Nº 1083**

## Campanha salarial

# SPFs em Brasília no dia 28!

## Agenda:

**-15 de março, quinta** - Ato em Florianópolis, na Praça Pereira Oliveira, ao lado Teatro Álvaro de Carvalho. Início às 11 horas. Ato às 15 horas, com caminhada até o Ticen e panfletagem e esclarecimentos à população até às 17 horas

**-21 de março, quarta** - Seminário em Florianópolis sobre o Funpresp - Fundo de Previdência complementar do servidor público - e o PLP 549, de congelamento salarial, das 18 as 22 horas

**-28 de março - quarta** - Ato dos Servidores Públicos Federais (SPFs) em Brasília

O governo Dilma já declarou que em 2012 defenderá reajuste zero para os servidores federais, porém, ironicamente, diz estar "aberto ao diálogo".

Os servidores federais, em especial os das Universidades e os do Judiciário Federal, desde 2009 enfrentam esta tática do governo, que afirma "estar aberto ao diálogo" e escala autoridades de segundo e terceiro escalão para conversar, conversar e conversar conosco até desgastar o movimento, reafirmando a idéia central de reajuste zero.

A agenda do governo, iniciada com o PL 1992, que privatiza a Previdência dos servidores e passou na Câmara, terá como o próximo projeto prioritário o PLP 549, que congela os vencimentos dos servidores públicos por 10 anos.

O argumento da crise na Europa, em especial na Grécia, cai como uma luva, sendo usado contra nós e a favor dos compromissos com o sistema financeiro. A cúpula da magistratura já decidiu que está com o governo. Com as resoluções 188 do CJF e 86 do CSJT, e a decisão do CNJ de que os

Tribunais podem descontar salários de servidor em Greve, "regulamentaram" a Greve no Judiciário Federal e, por tabela, em todo o serviço público federal.

Dia 28 de março será o primeiro grande ato nacional para dizermos basta a tanta hipocrisia institucional. Servidores de todo o país irão a Brasília para uma Grande Marcha Unificada.

Vamos lutar ao lado dos demais servidores federais. Nossa defasagem salarial já atingiu 34,5% e precisamos unir forças!

### **TRT: Ação do pagamento dos juros dos atrasados da URV**

O Sindicato entrou em contato nesta segunda-feira, dia 5, com a Secretária Geral da Presidência e a resposta foi que o Tribunal já enviou ontem ao CSJT as informações solicitadas, em ofício daquele órgão, sobre os atrasados da URV. Ainda não há nada de concreto sobre a data de pagamento. Assim que houver mais informações, o Sindicato irá repassá-las imediatamente à categoria.

# Sintrajusc chama a categoria para Marcha a Brasília

## INSCREVA-SE ATÉ O DIA 9 DE MARÇO

Março será mês de luta intensa para os servidores públicos federais, com a intensificação das atividades da Campanha Salarial de 2012. O calendário inclui atos conjuntos em Florianópolis e em Brasília. Os eixos da Campanha deste ano são: definição da data-base em 1º de maio; política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos firmados; contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; retirada dos PLPs, MPs e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pen-

sionistas e reajuste dos benefícios. A jornada de mobilização acontece entre os dias 13 e 16 de março e culmina com uma grande marcha a Brasília no dia 28 de março (veja na Agenda).

O SINTRAJUSC irá enviar servidores para a marcha do dia 28. A saída será às 6h30, com retorno a Florianópolis previsto para a meia-noite. Os interessados precisam ser filiados e devem entrar em contato com o Sindicato pelo telefone (048) 32224668 até o dia 9, sexta-feira. Se o número exceder a quantidade de passagens disponibilizadas, haverá sorteio.

## Previdência dos servidores tem urgência no Senado

Os senadores terão prazo de cinco dias para propor emendas ao projeto que institui regime de previdência complementar dos servidores públicos federais. O anúncio foi feito na sexta-feira por Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão não deliberativa.

Após tramitar desde 2007 na Câmara, a proposta do Executivo (PLC 2/12), que limita as aposentadorias pagas pela União ao teto do Regime Geral da Previdência Social, hoje fixado em R\$ 3.916,20, chegou ao Senado com urgência constitucional, solicitada pela presidente da República, Dilma Rousseff. Ou seja, terá prazo de 45 dias para a deliberação dos senadores e, se não for votada nesse tempo, passará a trancar a pauta, impedindo outras votações.

O PT e o PSDB se uniram para aprovar no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 28, o projeto que privatiza a Previdência dos servidores públicos federais, divide a categoria entre antigos e novos trabalhadores e acaba com o direito à aposentadoria integral para quem for empossado após a entrada em vigor da lei.

A votação foi marcada por declarações irônicas de deputados, principalmente do PSDB - partido que esteve à frente de privatizações no país -, com relação à posição que os parlamentares petistas teriam que adotar diante

da posição do Planalto, que jogou duro para aprovar o projeto. E por mudanças súbitas de posição por parte de parlamentares de diversos partidos - principalmente no fechamento do acordo que retirou diversos requerimentos que pediam o adiamento da votação e que aprovou outro, que encerrava os debates e partia direto para a votação.

A proposta, que prevê um custo inicial de R\$ 100 milhões, foi aprovada mesmo sem previsão orçamentária - o que fere o regimento da Câmara e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O fato foi denunciado em diversos pronunciamentos de deputados que discordavam da proposta. No ano passado, a falta de previsão no Orçamento foi usada como argumento por deputados da base do governo para não aprovar os projetos, que diziam apoiar, que revisam os planos de cargos dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) - que já foi adversário histórico do PT em São Paulo, apontado como símbolo do conservadorismo e acusado pelo Ministério Público de comandar administrações corruptas - fez questão de orientar pessoalmente o voto favorável da bancada à proposta para parabenizar a Presidência da República. Agência Senado, com informações do Sintrajud.

PARLAMENTAR	PARTIDO	VOTO
Carmen Zanotto	PPS	Não
Jorge Boeira	PSD	Não
Onofre Santo Agostini	PSD	Não
Celso Maldaner	PMDB	Sim
Edinho Bez	PMDB	Sim
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	Sim
Romanna Remor (suplente)	PMDB	Sim
Ronaldo Benedet	PMDB	Sim
Valdir Colatto	PMDB	Sim
Esperidião Amin	PP	Sim
João Pizzolatti	PP	Sim
Jorginho Mello	PSDB	Sim
Décio Lima	PT	Sim
Luci Choinacki	PT	Sim

### Quem rifou a aposentadoria dos servidores

O SINTRAJUSC publica o voto dos deputados catarinenses. A maioria, tanto parlamentares da base do governo quanto de oposição, votou "SIM", portanto contra os trabalhadores.

Marco Tebaldi (PSDB): licenciado na data

Mauro Mariani (PMDB): licença médica

Pedro Uczai: estava em SC

**Total de SC no Plenário: 14**

**Fonte: Câmara de Deputados**